

Sistema de Incentivos à
Competitividade Empresarial

Internacionalização das PME

Operações em conjunto

15.Jul.2025

ANI Agência Nacional de Inovação

Porto



Índice



01 → Programa Reforçar

Medidas de Apoio à Competitividade,
Exportação e Internacionalização

03 → Candidatura - Aspetos Relevantes

- Início dos trabalhos e Efeito de Incentivo
- Aquisição em condições de Mercado
- Conflito de interesses
- Duplo Financiamento

05 → Contabilização do Incentivo

(SI Internacionalização e SI
Internacionalização)

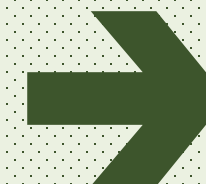
02 → Aviso de Concurso MPr 2025-14

Operações em conjunto Internacionalização das PME

- Objetivos do Aviso
- Candidatos:
- Destinatários
- Ações Elegíveis:
- Área geográfica abrangida
- Orçamento do Aviso
- Prazo para apresentação da candidaturas

04 → Alterações face a avisos anteriores

- Nova forma de Financiamento da Operação
- Nova forma de Financiamento da Operação - Entidade Adjudicante
- Regime de Auxílios de Minimis
- Alterações à estrutura do projeto
- Ato de Adesão





Programa Inovação e Transição Digital



Programa Inovação e Transição Digital



Programa Inovação e Transição Digital



Programa Inovação e Transição Digital



Programa Inovação e Transição Digital



Programa Inovação e Transição Digital

Programa Reforçar

Medidas de Apoio à Competitividade,
Exportação e Internacionalização





01. Programa Reforçar Medidas de Apoio à Competitividade, Exportação e Internacionalização

Resposta estratégica aos desafios do novo contexto dos mercados internacionais:

- Reforçar a competitividade das empresas nacionais;
- Reforçar a sua capacidade exportadora;
- Acelerar a internacionalização da economia.

Orçamento de 200 milhões de euros para a promoção da Internacionalização das PME

- Dos quais **150 milhões de euros** alocados ao **Aviso MPr 2025-14**.



Programa Inovação e Transição Digital



Programa Inovação e Transição Digital



Programa Inovação e Transição Digital



Programa Inovação e Transição Digital



Programa Inovação e Transição Digital



Programa Inovação e Transição Digital

Aviso de Concurso

MPr 2025-14

Operações em conjunto - Internacionalização
das PME





02. Aviso de Concurso MPr 2025-14 Operações em conjunto - Internacionalização das PME (1/4)

Objetivos

- Aumentar a base e capacidade exportadora das PME e o seu reconhecimento internacional:
 - Implementação de ações de promoção e marketing;
 - Presença em certames internacionais;
 - Conhecimento e acesso a novos mercados;
 - Promover a utilização de ferramentas digitais.

→ As candidaturas a submeter devem corresponder a:

- Um programa estruturado de intervenção num conjunto de PME;
- Operações conjuntas para promoção da internacionalização das PME;
- Um reforço das sinergias entre empresas e entre beneficiários;
- Utilização dos vários recursos públicos de forma eficaz e eficiente.

Nota:

Este Aviso irá ser acompanhado pelo Organismo Intermediário **AICEP - Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal, E.P.E.**



02. Aviso de Concurso MPr 2025-14 Operações em conjunto - Internacionalização das PME (2/4)

Candidatos:

- Entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, de natureza associativa e com atividades dirigidas às PME, nomeadamente:
 - Associações empresariais;
 - Câmaras de comércio e indústria;
 - Agências regionais de promoção turística;
 - Outras entidades não empresariais do Sistema Nacional de I&I.

Destinatários:

- PME dos setores elegíveis, com contabilidade organizada.

Nota:

PME com CAE respeitantes a atividades de Pesca e Aquicultura encontram-se excluídas do âmbito deste aviso.

Ações Elegíveis:

- São suscetíveis de apoio as operações em conjunto de internacionalização das PME que visem:
 - O conhecimento dos mercados externos (feiras/exposições);
 - A prospeção e presença em mercados internacionais (prospeção e captação de novos clientes);
 - A dinamização de ações de promoção e marketing internacional (ações de promoção), incluindo a utilização de ferramentas web (canais digitais);
 - A criação e promoção internacional de marcas.



02. Aviso de Concurso MPr 2025-14 Operações em conjunto - Internacionalização das PME (3/4)

Área geográfica abrangida

O presente aviso tem aplicação nas regiões NUTS II do continente, Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve.

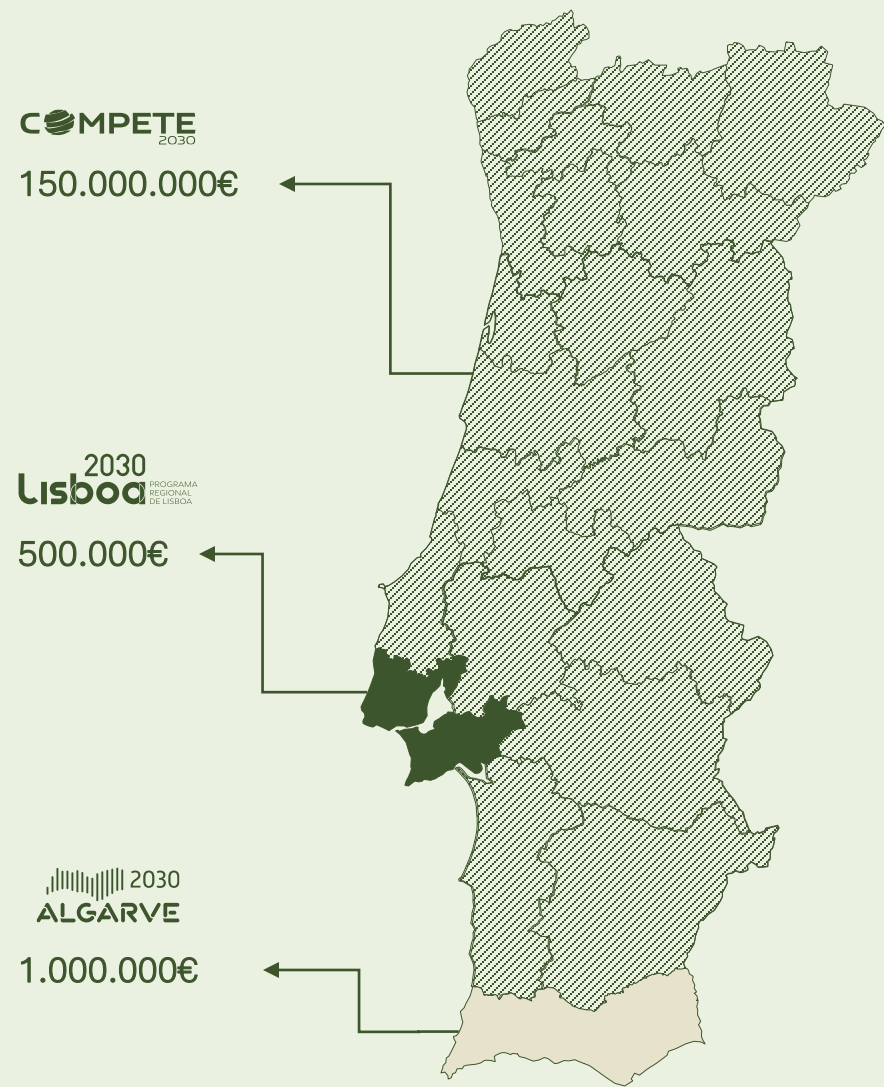
Orçamento

O aviso tem um orçamento total de 151,5 milhões de euros repartidos da seguinte forma:

Autoridade de Gestão	Dotação (indicativa)	Fundo e Taxa máxima de cofinanciamento
PITD (COMPETE 2030)	150.000.000€	50% (FEDER)
PR Lisboa (Lisboa 2030)	500.000€	40% (FEDER)
PR Algarve (Algarve 2030)	1.000.000€	40% (FEDER)
Total	151.500.000€	

Nota:

As candidaturas não podem ter um custo total inferior a 200 mil euros, sendo limitadas a 10 milhões de euros (salvo em situações devidamente fundamentadas e aceites pela AG)





02. Aviso de Concurso MPr 2025-14 Operações em conjunto - Internacionalização das PME (4/4)

Prazo para apresentação da candidaturas:

Fase 1:

Conclusão a 30/10/2025 (17 horas)

A Fase 1 destina-se à submissão de candidaturas referentes a pedidos de auxílio apresentados através do Aviso n.º 04/RPA/2025, permitindo a igualmente a submissão de candidaturas sem RPA.

Fase 2:

Conclusão a 28/02/2026 (17 horas)

Fase 3:

Conclusão a 30/06/2026 (17 horas)

As fases 2 e 3 destinam-se à apresentação de candidaturas **com** e **sem** registo de pedido de auxílio.

A dotação do aviso será repartida proporcionalmente pelas 3 fases, sem prejuízo de se poder reforçar cada uma das fases em função da procura registada.

Cada Beneficiário só pode apresentar uma candidatura.





03. Candidatura – Aspetos Relevantes (1/3)

Início dos trabalhos e Efeito de Incentivo

“Deve considerar-se que os auxílios têm um efeito de incentivo se o beneficiário tiver apresentado, por escrito, ao Estado-Membro em causa, um pedido de auxílio antes de serem iniciados os trabalhos relativos ao projeto ou à atividade.” (n.º 2 do Artigo 6.º do RGIC)

O **Início dos trabalhos** corresponde ao primeiro compromisso firme de encomenda de equipamentos e ou serviços, ou de qualquer outro compromisso que torne o investimento irreversível. (...); (Adpt -Alínea 23 do Artigo 2.º do RGIC – 2014 e al. i) do Artigo 3.º do REITD)

O **efeito de incentivo é incumprido** pela entidade que efetue o pedido de auxílio caso exista um compromisso firme e vinculativo da empresa com data anterior à data da submissão do pedido de auxílio – independentemente do montante económico-financeiro perdido pela empresa em caso de cessação desse compromisso. (adpt. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Grande Secção) 5 de março de 2019 – Eesti Pagar - Processo C-349/17)





03. Candidatura – Aspetos Relevantes (2/3)

Aquisição em condições de mercado

*“(...) apenas é elegível a despesa declarada pelo beneficiário que seja considerada adequada, tendo em conta a sua razoabilidade, incluindo **face às condições de mercado**, e que resulte de **aquisições a terceiros não relacionados com o adquirente.**”*

(n.º 4, Artigo 9.º do REITD)

O beneficiário deve assegurar que as aquisições são efetuadas em condições de mercado e que os procedimentos de consulta ao mercado se encontram devidamente suportados em evidências documentais, que poderão ser solicitadas em sede de acompanhamento. Apenas as aquisições devidamente suportadas serão consideradas.

Conflito de interesses

*Existe um conflito de interesses caso o exercício imparcial e objetivo das funções de **um interveniente financeiro ou de outra pessoa, se veja comprometido por motivos familiares, afetivos, de afinidade política ou nacional, de interesse económico, ou por qualquer outro interesse pessoal direto ou indireto.***

(Adaptado - Artigo 61.º - Conflitos de interesses (Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União)

A subcontratação de serviços a terceiros, mesmo que realizadas em condições de mercado, pode ser objeto de análise, por forma a comprovar a ausência de conflitos de interesse.



03. Candidatura – Aspectos Relevantes (3/3)

Duplo Financiamento

A questão do duplo financiamento, ou seja o cofinanciamento de uma operação ou de componentes de um operação por apoio comunitário através de mais de um fundo ou programa, deve ser avaliado, sendo instituídos mecanismos que assegurem a inexistência de duplo financiamento.

De acordo com o n.º 2 do artigo 21.º - **Proibição do duplo financiamento do Decreto-lei n.º 20-A/2023 de 22 de março explicita que** “(...) *A aferição do duplo financiamento é efetuada, designadamente através de mecanismos de interoperabilidade entre sistemas de informação e de demonstração pelos beneficiários de que a operação e respetivas despesas não foram objeto de cofinanciamento pelo mesmo fundo europeu, por outro fundo europeu, ou por outro instrumento da União Europeia.*”

Também o ponto **6.4 - Verificação da ausência de duplo financiamento quando da utilização de OCS**, presente na comunicação C/2024/7467 relativa às Orientações sobre a utilização de opções de custos simplificados no âmbito dos Fundos abrangidos pelo Regulamento (UE) 2021/1060 (Regulamento Disposições Comuns), aborda esse assunto na dimensão da aplicação opções de custos simplificados.

Nesse sentido, cabe ao Beneficiário garantir que não existe duplo financiamento das atividades, evitando recurso a diversas formas de financiamento europeu, como cabe ao Organismo Intermédio e às Autoridades de Gestão verificarem a inexistência desse duplo financiamento através da validação de documentação de suporte ou cruzamento através das fontes e instrumentos disponíveis.





04. Alterações relativamente a avisos anteriores (1/6)

Nova forma de Financiamento da Operação

O novo modelo de financiamento da operação implica a utilização de opções de custos simplificados para construir o orçamento do projeto, nomeadamente:

- **Taxa fixa de até 20% sobre os custos diretos do projeto, para financiar custos com pessoal** relativos ao acompanhamento e desenvolvimento da operação;
- **Taxa fixa de até 7% sobre os custos diretos do projeto, para financiar custos indiretos** (Outras despesas relativas ao desenvolvimento da operação, nomeadamente ações de divulgação, sensibilização e disseminação dos resultados, estudos e despesas com a intervenção de CC ou ROC, na validação da despesa dos pedidos de pagamento) (Al. a) do Artigo 54.º e n.º1, Artigo 55.º do RDC - Reg. (UE) 2021/1060, de 24/06)

Aos valores apurados é aplicada a taxa de financiamento correspondente, considerando a região das empresas envolvidas no projeto.

Exemplo de aplicação das taxas fixas (OCS):

Exemplo de aplicação das taxas fixas (OCS):

Custos Diretos do Projeto	Custos com Pessoal (Taxa 20%)	Custos Indiretos (Taxa 7%)	Custo Total do Projeto	Aplicação da Taxa de Financiamento (PITD – 50%)
Custos comuns	Custos individuais			
1.000.000 euros	200.000 euros	70.000 euros	1.270.000 euros	635.000 euros



04. Alterações relativamente a avisos anteriores (2/6)

Nova forma de Financiamento da Operação

Entidade Beneficiária Adjudicante

O novo modelo de financiamento da operação, quando o Beneficiário (Associação) for uma entidade adjudicante no âmbito do Artigo 2.º do CCP, e os custos diretos a operação incluïrem **contratos de empreitada de obras públicas ou contratos públicos de fornecimento ou de serviços que excedam o limiar estabelecido nas diretivas da UE** relativas aos contratos públicos, nomeadamente o artigo 4.º da Diretiva 2014/24/UE (10) e o artigo 15.º da Diretiva 2014/25/UE (11), **a taxa fixa de 20% não pode ser aplicada**.

(C/2024/7467 - Orientações sobre a utilização de opções de custos simplificados no âmbito dos Fundos abrangidos pelo Regulamento (UE) 2021/1060 (Regulamento Disposições Comuns)

Assim:

- Os custos indiretos do projeto continuam a ser financiados recorrendo a uma Taxa Fixa até 7% sobre os custos diretos (excluindo custos com pessoal);
- Os custos com pessoal são apurados com base numa lista de pessoal e de custos reais associados.

Regime de Auxílios de Minimis

- Com esta alteração da estrutura de financiamento da operação, os custos incorridos pelo Beneficiário (Associação) deixam de estar abrangidos pelo regime de auxílios de minimis.
- Mantem-se em vigor o Regime de Auxílios de minimis apenas para empresas do Sector Agrícola.

Nota:

PME com CAE respeitantes a atividades de Pesca e Aquicultura encontram-se excluídas do âmbito deste aviso.



04. Alterações relativamente a avisos anteriores (3/6)

Alterações à estrutura do projeto:

- Cada candidatura deve abranger **no mínimo, 10 PME**, e com a identificação em candidatura de pelo menos 50 % das PME que se prevê abranger no projeto.

Participação em Feiras e Certames internacionais:

- As ações referentes à participação em Feiras no exterior, para efeitos de elegibilidade, apenas são consideradas **desde que envolvam 5 ou mais PME participantes**.
- Excecionalmente, podem ser elegíveis ações referentes a Feiras que envolvam **menos de 5 PME participantes**, até ao valor **máximo de 25% do investimento elegível aprovado**, a apurar em sede de aprovação e em sede de encerramento da operação.
- Podem ser apoiados os custos com **uma deslocação (ida e volta) e despesas com um alojamento** para o mesmo representante. Podem ser consideradas despesas de **deslocação e alojamento para dois representantes, considerando uma participação alargada numa feira**.
- No âmbito dos **custos com alojamento**, são consideradas elegíveis as noites de duração de um evento, podendo ser consideradas mais 2 noites. i.e. feira tem a duração de 3 dias e podem ser consideradas até mais 2 noites, equivalendo a um total de 5 noites.





04. Alterações relativamente a avisos anteriores (4/6)

Despesas com Consultoria (Prospecção/Promoção em Mercados Externos/Plataformas Digitais, Marcas):

- As despesas com ações enquadráveis **em Prospecção, Promoção em Mercados Externos, Plataformas Digitais e Conceção e Registo de Marcas** respeitam apenas e só a serviços de consultoria especializados, prestados por consultores externos, enquadradas nos objetivos do aviso e da operação.
- Todos os custos com os serviços prestados são relativos aos serviços de consultoria, **não sendo consideradas elegíveis despesas com deslocação e alojamento de forma individualizada.**





04. Alterações relativamente a avisos anteriores (5/6)

Custos do projeto (Beneficiário - Associação)

- As despesas relativas aos custos com pessoal serão suportados pelo apoio calculado com a aplicação da **taxa fixa de 20% de custos diretos**.
- As despesas relativas ao desenvolvimento da operação (ações de divulgação, sensibilização e disseminação dos resultados, estudos e despesas com a intervenção de CC ou ROC, na validação da despesa dos pedidos de pagamento), serão suportadas pelo apoio calculado com a aplicação da **taxa fixa de 7% dos custos diretos**.
- Não será apresentada documentação de suporte às despesas referidas.

Podem, no entanto, ser solicitados documentos de suporte, como por exemplo “folhas de contabilização de tempo” (*Timesheets*) no caso do pessoal ou relatórios e evidências, relativamente às ações realizadas no âmbito das tarefas do Beneficiário (Associação).





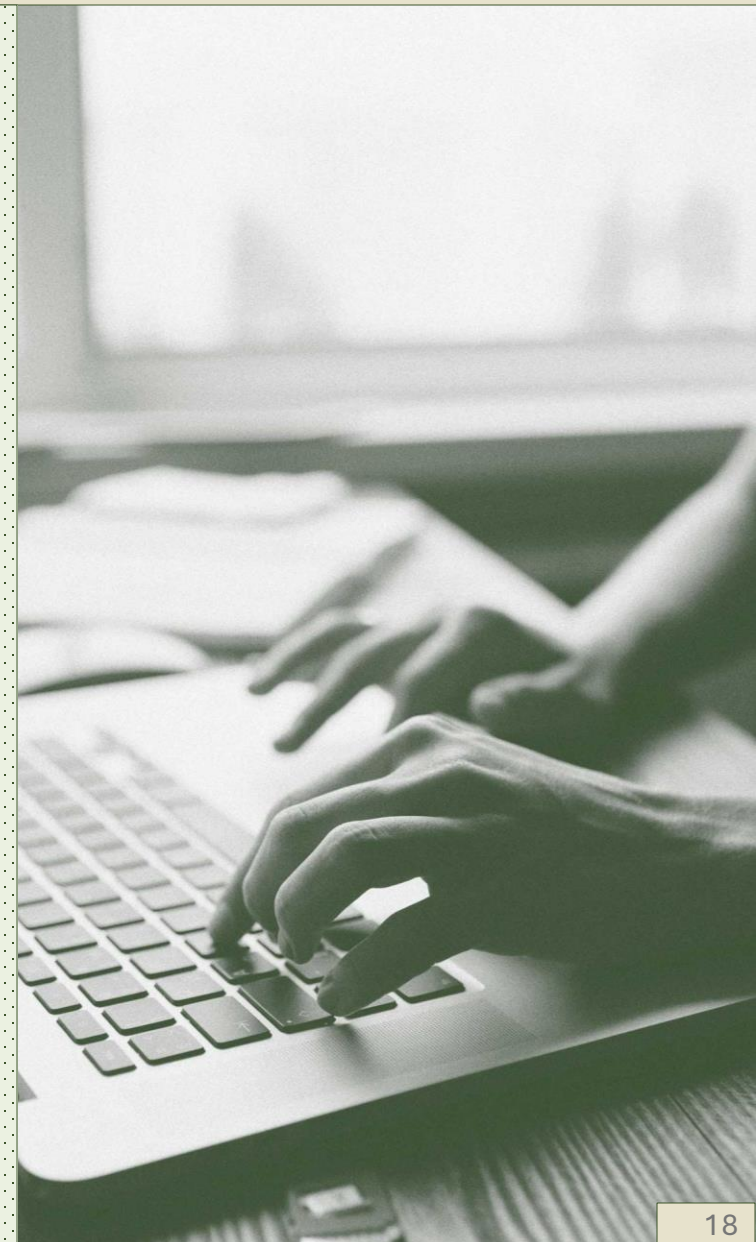
04. Alterações relativamente a avisos anteriores (6/6)

Ato de Adesão

Com a publicação deste aviso, passa a ser obrigatória a submissão de uma **Ato de Adesão Digital**, estabelecendo o compromisso entre a PME destinatária do investimento e o Beneficiário (Associação). Este novo modelo substitui o anterior no qual era preenchida uma minuta de forma manual e muitas vezes assinada manualmente.

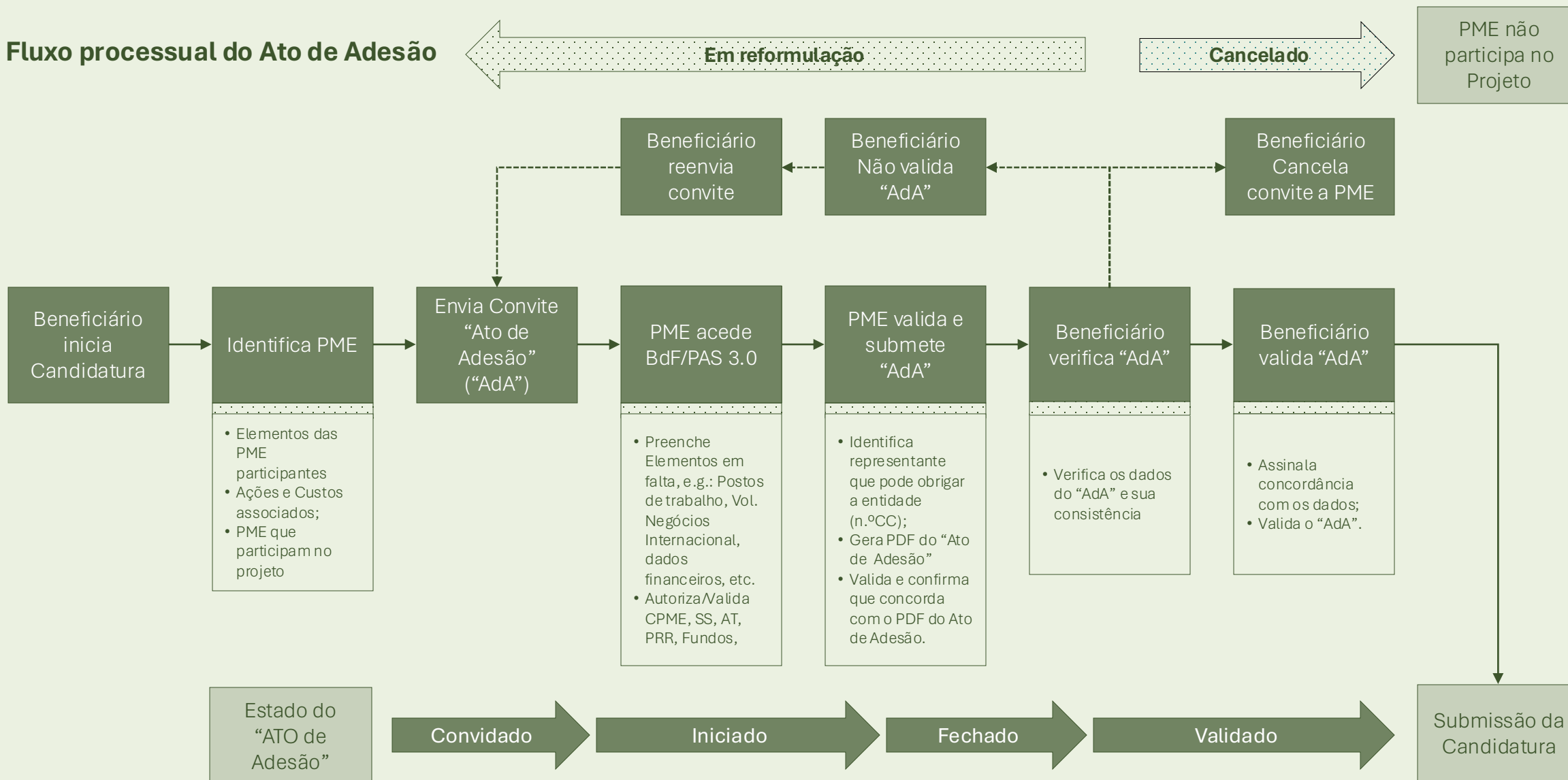
O Ato de Adesão está integrado no formulário e o seu preenchimento ocorre em paralelo:

- No Ato de Adesão, a associação convida as PME a participar no projeto
- A PME declara cumprir todas as condições de acesso e de elegibilidade, bem como as obrigações previstas no aviso, juntando os elementos relevantes para a respetiva confirmação, quando necessário
- Ficarão explícitos os compromissos financeiros referentes às ações nas quais a PME irá participar
- Os Atos de Adesão serão validados pelo Beneficiário e só com a validação da totalidade dos convites efetuados (ou o seu cancelamento) será possível submeter a candidatura
- Todos os Atos de Adesão ficarão disponíveis em sede candidatura





Fluxo processual do Ato de Adesão





05. Contabilização do Incentivo (Todos os Avisos)

Contabilização do incentivo

Publicada em 8 de julho de 2025, está disponível no website do **COMPETE 2030** a **Orientação de Gestão 03/C2030/25**, que constitui uma recomendação sobre contabilização de custos e incentivos em operações em conjunto nas tipologias de intervenção “Qualificação e Internacionalização das PME”.

Esta orientação de gestão esclarece quais os procedimentos para as tipologias “Qualificação e Internacionalização das PME” e “Qualificação de empresários e trabalhadores das empresas”, para o reconhecimento do incentivo recebido pelos beneficiários e como este deve ser reconhecido pelas PME, bem como esclarecer o impacto que essa contabilização tem nas contas de cada entidades.

Esta Orientação de Gestão pretende uniformizar a contabilização do incentivo de forma transversal e devidamente suportada.



Obrigada

